

CORREIO JURÍDICO

POR MARTHA IMENES

Rafa Nedermeyer/Agência Brasil



Atualmente, 2,8 milhões de pessoas estão na fila

AGU entra com ações contra descontos no INSS

A Advocacia-Geral da União (AGU) entrou com o segundo lote de ações judiciais contra associações e empresas investigadas pelo esquema de descontos não autorizados nos benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O órgão protocolou na Justiça Federal em Brasília 14 ações contra 12 entidades associativas e três

Sem licenciamentos no Comperj

A Justiça Federal do Rio decidiu, em caráter liminar, pela suspensão da concessão de novos licenciamentos ambientais para a área do antigo Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí, atualmente denominado Complexo de Energias Bóaventura. A medida liminar

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Gilmar Mendes, decano do STF

“Ninguém faz roça sem desmatar”, diz Gilmar Mendes

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes disse que “ninguém faz roça sem desmatar”.

A declaração foi feita durante o julgamento em que a Corte vai decidir sobre a constitucionalidade da concessão de benefícios fiscais para agrotóxicos.

Durante a sessão, Gilmar

Mendes destacou que o agronegócio brasileiro ficou competitivo no exterior em função de investimentos em tecnologia e saiu do que chamou de “neocolonialismo dominante”.

“Ninguém faz roça sem desmatar. Precisa tirar mato para fazer roça. O resto é coisa de bicho-grilo”, afirmou o ministro.

Sem termo na Constituição

O ministro disse ainda que não colocaria a palavra agrotóxico na Constituição se fosse redator do texto. “Alguém vai fazer o discurso de que desmataram muito. Não, nossas florestas, a maioria está em pé, se nós formos fazer uma relação comparativa”, completou. Após a

Ramagem tem prisão solicitada

Deputados federais da bancada do PSOL-RJ pediram ao Supremo Tribunal Federal (STF) a decretação da prisão do deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ). A medida foi tomada após o site PlatôBR divulgar que Ramagem está em Miami, nos Estados Uni-

dos. Mais cedo, ele foi filmado pela equipe do site enquanto entrava em um condomínio da cidade norte-americana.

Segundo os parlamentares, “tudo indica” que Ramagem fugiu do Brasil. Ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).



Cães guias são rigorosamente treinados para dar suporte a PCD durante voos nacionais e internacionais

STF suspende lei sobre transporte aéreo de animais

Ministro atendeu pedido da CNT, que só o Congresso pode aprovar regras sobre transporte

Decisão do STJ

Em maio, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já havia decidido que as empresas aéreas não são obrigadas a aceitar répteis, aranhas e roedores.

Atualmente, o transporte de animais de apoio emocional depende de cada companhia aérea, portanto, não é obrigatório. O serviço é pago.

De acordo com regras da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), as companhias podem negar o transporte de animal de estimação ou de assistência emocional por falta de espaço na aeronave ou em situações que gerem riscos à segurança do voo.

No caso de cães-guia, utilizados por pessoas com deficiência visual, o transporte aéreo já é permitido em todo o país e é gratuito.

Animais de apoio emocional são aqueles que auxiliam pessoas com deficiência ou transtornos mentais. Conforme a decisão, diante da falta de lei específica, as companhias aéreas podem recusar o embarque de pets que não estejam nos padrões especificados pelas próprias empresas, como peso e altura.

Durante o julgamento, a ministra Maria Isabel Galotti, relatora do caso, disse que não é possível comparar o transporte

de cães de suporte emocional e de cães-guia.

Fora dos padrões

Para a ministra, a admissão de embarque de animais fora dos padrões estabelecidos pelas companhias coloca em risco a segurança dos voos e dos de-mais passageiros.

“Não há como comparar cães de suporte emocional, que não são regulamentados no Brasil, a cães-guia, os quais passam por longo e rigoroso treinamento, conseguem controlar suas necessidades fisiológicas, têm identificação própria, afim de dar suporte a pessoas com deficiência visual nos termos da lei”, afirmou.

O voto foi acompanhado por unanimidade.

Mendes suspende julgamento de governador do Acre por 15 dias

Divulgação



Para ministra Nancy Andrigi, compartilhamento só pode ocorrer com base legal

Pedido da defesa

Ao suspender a tramitação do caso, Mendes atendeu a pedido da defesa, que alegou não ter tido acesso aos formulários de acesso a dois Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) produzidos pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e utilizados na investigação.

Para Mendes, o governador

tem razão ao afirmar prejuízo à

defesa por falta de acesso aos formulários. O ministro observou que o Supremo já decidiu, em tese de repercussão geral, que o compartilhamento de relatórios do Coaf depende de comunicação formal por meio de sistema específico, de modo que permita

a identificação do solicitante e o motivo do acesso aos dados.

A decisão do Supremo tem como objetivo, por exemplo, coibir a chamada “pesca probatória”, em que investigadores acessam dados de alvos específicas sem justificativa clara, frisou o ministro.